



**The Utility of Force**

*Rupert Smith*

Londres: Penguin Books

2006, 428 pp.

ISBN 0-141-02044-X

## A revolução do paradigma

A guerra total acabou. É isto que Rupert Smith (quarenta anos de serviço nos mais altos cargos da hierarquia militar britânica e europeia) nos vem dizer. Não se trata de uma memória ou monografia, mas de uma reflexão inspirada pela experiência. No currículo de Smith destacam-se a Primeira Guerra do Golfo onde comandou as tropas britânicas, a chefia da UNPROFOR na Bósnia em 1995 e a campanha de 1999 no Kosovo. Estas três experiências influenciaram particularmente a sua visão da história militar e das alterações do papel do militar.

No seu argumento central, Rupert Smith afirma que o paradigma da guerra interestatal (guerra entre exércitos nacionais, tendo em vista a vitória de um e imposição da sua perspectiva sobre o outro) está esgotado. Foi substituído pelo paradigma da guerra entre os povos, entre os indivíduos (p. 3). Com isto, anula-se o equilíbrio clássico de Carl von Clausewitz na relação povo-exército-governo. Os três vértices vêm a sua relação alterada, desde logo pela mistura de categorias. O povo é frequentemente a causa, o instrumento e o objectivo do conflito.

No novo modelo, o objectivo dificilmente se identifica com uma vitória clara. As guerras resultam de diferendos políticos e confrontos de natureza política, que

adquiriram características militares,<sup>1</sup> normalmente de baixa intensidade. A resolução passa igualmente por acordos políticos. Do ponto de vista tático-estratégico, há uma revolução: quem ganha, ou antes, quem é visto como vencedor do confronto não é necessariamente quem detém a superioridade militar em efectivos e equipamentos. Se a 1ª Guerra Mundial foi ganha por exaustão, num consumo insuportável de recursos materiais e humanos, o mesmo não se passa nos actuais cenários (os confrontos contemporâneos podem arrastar-se durante décadas). Nas guerras actuais, podemos considerar que o armamento do inimigo é obsoleto, seguindo os padrões dos exércitos nacionais. Podemos mesmo afirmar que o tipo de armas usadas contraria a evolução tecnológica bélica dos últimos 300 anos. Não podemos, todavia, deixar de reconhecer a sua eficácia. O conflito é mantido no meio da população, sem definição do campo de batalha. O próprio espaço público é um campo de batalha ilimitado, como a Irlanda do Norte ao longo das décadas de 70, 80 e 90.

Até aqui, a realidade sustenta o argumento. A tendência actual parece de facto uma generalização deste tipo de condução da guerra. África fornece uma longa lista deste tipo de conflitos, travados pela população ao longo de décadas, com alguns picos de maior tensão.<sup>2</sup> Nestes conflitos, o objectivo não é a eliminação do Estado ou da ordem vigente, mas do próprio povo.<sup>3</sup> A revolução política não se dá pela substituição de regime mas pela aniquilação de parte da população. Os Balcãs - experiência determinante para a perspectiva analítica de Smith - confirmam esta tese, bem como os conflitos no Médio Oriente, onde se torna impossível distinguir entre exército e povo. Porém, o que parece mais difícil de comprovar é a afirmação peremptória com que o General Smith inicia as suas reflexões: já não existe guerra (*War no longer exists*, pp.1; 146-147). Ou seja, se actualmente não há sinais de que esteja iminente uma nova guerra de tipo industrial, é porque este modelo desapareceu com a evidência destrutiva da 2ª Guerra Mundial. A causa para a obsolescência deste paradigma teria sido a possibilidade da nuclearização do conflito, ou seja, a introdução da variável MAD (*mutually assured destruction*) nos cálculos político-militares. No limite está em causa a destruição absoluta que nenhuma das partes pretende provocar.

---

1 Ver Cooper, Robert (2005), "The Utility of Force by General Sir Rupert Smith", *The Sunday Times*, 18 de Setembro.

2 Por exemplo, veja-se a situação política interna do Ruanda. O genocídio de 1994 não constituiu um acto isolado, foi o culminar de um conflito tribal anterior, que antecedia até a própria descolonização, sem nunca ter sido arrastado para uma guerra aberta.

3 Cooper, id.

Não existem certezas que permitam afirmar com tanta propriedade que a guerra total tenha desaparecido. O argumento de Smith parece-nos teleológico. Sendo verdade, até agora, que as democracias tendem a não entrar em conflito entre si, é também empiricamente demonstrável que o número de conflitos a envolver democracias contra outro tipo de regimes ou actores não-estado tem aumentado. As democracias não são inerentemente pacíficas, ou pacifistas; defendem a sua ordem, e não necessariamente dentro das próprias fronteiras, como o início do século XXI tem vindo a demonstrar. O facto de não entrarem em guerra entre si actualmente, e de não parecer haver vontade para uma guerra total, não significa que a possibilidade desapareça. Houve, sim, um aumento de mecanismos a regular o direito *ad bellum*, tanto internacionalmente como no plano doméstico. Contudo, a ordem internacional proposta/imposta pelas democracias pode, tanto quanto se sabe, levar à oposição a essa mesma ordem por parte de outros poderes, desejosos de substituir a ordem por outra que os privilegie, que lhes dê poder. O aumento das guerras periféricas não implica logicamente, de maneira determinista, o fim das guerras centrais.

É evidente que o tipo de guerra de que a 2ª Guerra Mundial foi o apogeu não está ao alcance de qualquer potência. Uma guerra total obriga ao pleno uso dos recursos, a conversão total da economia para servir a guerra em curso, o contínuo fornecimento de homens e mulheres para as frentes de batalha, e isto garantindo que, em caso de vitória, ainda exista um estado vencedor. Para Smith, dentro do conjunto das democracias, só países muito ricos, como os EUA, têm capacidade para investir num aparelho militar forte e bem armado, ou então países que estão sob ameaça, para quem a defesa não é uma opção mas uma necessidade imperiosa, como a Índia e Israel (p. 20). Todos os outros optam pelo crescimento económico, virado para o consumo e para a paz, como se vivessem num mundo pós-bélico.<sup>4</sup> A opção pela guerra total implica a proposta de um novo regime ou ordem, e a combinação de capacidade e vontade para o manter. A guerra total tem um preço muito alto, tanto em vidas humanas como na relação custo-benefício (o que de facto se alcança), e poucos o podem pagar.<sup>5</sup> A montante, exige, como condição *sine qua non*, um estado coeso, economicamente forte, e assume uma

---

4 Como Michael Mandelbaum afirma, a maioria das pessoas prefere acumular riqueza a arriscar a sua vida numa guerra e, num sistema eleitoral, a vontade do eleitorado condiciona, até certo ponto, a decisão política. Ver Mandelbaum, Michael (1999), "Is Major War Obsolete?", *Survival*, vol. 40, n.º 4, Inverno 1998-99, p. 25.

5 Os dividendos da paz, são aliás, cada vez menores, reduzindo os custos de oportunidade da guerra. Ver em Mandelbaum, id., pp. 20-23.

liderança racional, particularmente no que diz respeito ao uso de armas de destruição massiva. Pressupõe igualmente que as lideranças entendem os riscos associados a este modelo, e fazem portanto dele um uso ponderado, respeitando a dissuasão.

A guerra interestatal industrial é um conceito ocidental, ligado ao estabelecimento do estado vestefaliano e ao princípio weberiano de que o estado tem o monopólio do uso da força. A modernização dos exércitos napoleónico e prussiano, tal como Smith aponta, foi o factor determinante para o processo de estabelecimento e fortalecimento do próprio estado (pp. 51-59). O alargamento do número de estados ao mundo não-ocidental, e portanto a expansão qualitativa da sociedade internacional de estados, é um fenómeno ainda relativamente recente. Assim, o próprio conceito de guerra industrial nunca constituiu um paradigma, por não ter sido único, dado que o seu apogeu, entre as guerras napoleónicas e 6 de Agosto de 1945, foi um apogeu contextualizado, dentro de uma cartografia limitada. Paralelamente, aconteciam outros conflitos (África, América do Sul), não representativos da guerra industrial. Esta coexistia com outros tipos de guerra que agora ganham uma maior visibilidade.

A proposta do General Smith apresenta ainda uma dificuldade analítica adicional: é o próprio que afirma querer usar *paradigma* no sentido de T. S. Kuhn e não enquanto modelo genérico que, até certo ponto, descreve a realidade (p. 3).<sup>6</sup> O primeiro problema reside no facto de *paradigma* só se dever aplicar, segundo Kuhn, às ciências “maturas” (matemática, física, química).<sup>7</sup> Há uma exclusão explícita das ciências sociais. Do ponto de vista teórico-académico, é errado falar em paradigma aplicado, como neste caso, a estudos geopolíticos e geoestratégicos. E há uma razão bastante válida para tal: a realidade das ciências sociais é uma realidade construída, influenciada pela perspectiva com que a percebemos.<sup>8</sup> A realidade das ciências sociais não se mede com bicos de Bunsen ou curvas de Gauss. Não é mensurável, na sua totalidade, em termos quantitativos. A lógica de ordenação e explicação é mais qualitativa, embora integrando

---

6 O uso de *paradigma* segundo Kuhn é desde logo problemático, dado que Kuhn definiu paradigma em pelo menos 21 maneiras diferentes, que logicamente conduzem a diferenças substantivas no seu significado. Ver Smith, Steve (1995), “The Self-Images of A Discipline: A Genealogy of International Relations Theory” in Steve Smith e Ken Booth (eds.), *International Relations Theory Today*. Londres: Polity Press, p. 15. Ver ainda Putnam, Hillary (1981), “The ‘Corroboration’ of Theories”, in Hacking, Ian (ed.), *Scientific Revolutions*. Oxford: Oxford University Press, p. 69.

7 Smith, id., p. 16.

8 Cravinho, João Gomes (2002), *Visões do mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 116-117.

elementos quantitativos. A análise social e política não partilha da metodologia das ciências naturais, que olham para uma realidade de números e forças, que se quantifica, calcula, mede. Para um cientista das chamadas ciências duras ou maduras, os pressupostos teóricos podem afectar a compreensão da realidade.<sup>9</sup> Podem condicionar a leitura que dela é feita, mas os seus valores e normas são indiferentes. Usando do mesmo paradigma, um cientista indiano terá a mesma base de conhecimento e seguirá as mesmas linhas que um cientista americano, argentino ou espanhol. A inovação é feita dentro de um só conjunto de ideias comuns. Já um cientista político, ou militar, terá um quadro de referência diferente que aplicará na sua produção teórica. A sua visão do mundo não depende apenas dos pressupostos básicos da ciência.

Seguindo a lógica da revolução científica, um *novo paradigma* não partilha pressupostos com o paradigma anterior. É por isso que é uma revolução. A teoria – o paradigma – é um conjunto de leis que reconhecemos como verdadeiras.<sup>10</sup> Pela acumulação de anomalias (perguntas sem resposta à luz do paradigma vigente), os próprios pressupostos em que a produção teórica assentava são questionados e falsificados. O novo paradigma não partilha conceitos com o anterior.<sup>11</sup> Em Kuhn, um paradigma é imune à falsificação: não pode ser meio-verdade, ter algumas leis verdadeiras e outras falsas. Falar de revolução científica é obrigar à substituição total das lentes de análise da realidade, porque as antigas já não respondem a perguntas essenciais.

Ora, admitir a ideia de que há um novo tipo de guerra, entre as pessoas, não implica excluir a possibilidade da guerra total, entre estados. O novo tipo não vem substituir na sua totalidade o velho; podem conviver em simultâneo. Por outro lado, também não há uma revolução dos pressupostos. As três categorias de Clausewitz, que estruturam o paradigma, permanecem válidas, como o próprio Smith reconhece, no velho modelo e no novo; apenas a relação de forças entre elas se alterou (pp. 229; 303). Há, isso sim, uma recombinação dos pressupostos, que pode ser revertida. A revolução existiria se desaparecessem os três elementos da equação, substituídos por novos factores. Para tal, a realidade não poderia ser descrita pelo modelo vigente. Não temos qualquer evidência empírica de que a ascensão de grandes potências, como a China ou, a prazo, a Rússia, não se traduza numa nova guerra total, se estes estados optarem por uma estratégia de

---

9 Como Hilary Putnam afirma, mesmo os dados para a investigação são recolhidos e analisados à luz do paradigma. Não há metodologias neutras (id., p. 70).

10 Putnam, id., p. 65.

11 Cravinho, id., ibid.

contra-equilíbrio à ordem actual. O modelo da guerra entre as pessoas vem somente justapor-se ao da guerra industrial.<sup>12</sup> Afirmar que a guerra total morreu é um argumento perigoso,<sup>13</sup> como todas as formas de fim de história, porque parte de um salto de fé da realidade. As tendências não são definitivas, são apenas isso: tendências, num dado momento.

Ana Margarida Craveiro

---

12 Max Boot, acérrimo defensor de uma reconfiguração do exército americano para o combate a guerrilhas, é mais moderado que o General Smith. Para Boot, ainda que a guerra convencional pareça improvável, é sempre uma possibilidade, e uma grande potência não pode estar desprevenida, como, a seu ver, a Grã-Bretanha de 1914 e 1939 se encontrava. Boot, Max (2005), "The Struggle to Transform the Military", *Foreign Affairs*, Março/Abril, vol. 84, 2, p. 118.

13 Ver uma análise do risco associado a esta declaração inequívoca em Coker, Christopher (2005), "The Utility of Force: The Art of War in the Modern World", *RUSI Journal*, Dezembro, pp. 87-88.